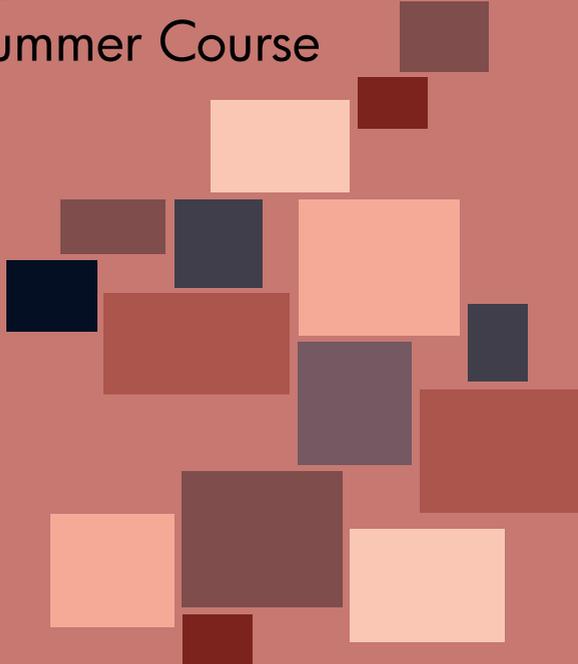


International Development

Summer Course



27- 30 june 2023

4th edition

“As decisões que adotarmos nesta década são as mais importantes da história da humanidade”

David Attenborough

Sumário Executivo

I

O ser humano vive presentemente um “período longo de instabilidade e insegurança, especialmente resultante de uma série de eventos catastróficos” (a *Permacrisis*, na definição do “Dicionário Collins de Língua Inglesa”, que a viria a considerar a “palavra do ano de 2022”). A confluência do colapso ambiental e das tensões geopolíticas globais cria uma nova era de risco para a humanidade.

A ilustrar essa situação de crise permanente, James Stauch [Diretor Executivo do “Institute for Community Prospe-

city” da Universidade de Mount Royal, Calgary, Canadá] recorda um conjunto de dados preocupante, a título meramente exemplificativo: o aumento da temperatura média global em mais de 1,5 graus centígrados, considerado como um momento de não-retorno na crise climática, avança a um ritmo sem precedentes; mesmo que cessemos imediatamente as emissões de CO₂ para a atmosfera, haverá glaciares que vão necessariamente desaparecer em consequência do aumento da temperatura média global; assiste-se a uma gradual perda de biodiversidade no mundo, mas também de diversidade cultural e linguística (desaparece uma língua a cada quarenta dias); verifica-se um aumento da pobreza extrema no mundo, após anos de progresso positivo (97 milhões de pessoas caíram numa situação de pobreza, devido à pandemia, segundo dados do Banco Mundial); o investimento em armamento no mundo cifra-se atualmente nos dois triliões de dólares/ano; nunca estivemos tão próximos de um desastre nuclear, desde a crise dos mísseis de Cuba, há 60 anos; a Inteligência Artificial coloca desafios novos para a

humanidade; e, finalmente, assiste-se ao maior aumento da taxa de inflação desde a década de 1980.

A diferença relativamente a outros períodos de crise da humanidade, é que, presentemente, os eventos catastróficos “em cascata” tornaram-se no “novo normal”, sendo que a crise é particularmente mais grave no Sul Global, afetando mais intensamente as pessoas e países que menos contribuíram para a sua ocorrência.

Como sintoma dessa crise, o Índice de Desenvolvimento Humano, destinado a medir anualmente o desenvolvimento de cada país do mundo, em torno de três critérios fundamentais (a esperança média de vida, o nível de escolarização e o rendimento *per capita*), baixou dois anos consecutivos pela primeira vez (Relatório de Desenvolvimento Humano 2021-2022 “Tempos Incertos, Vidas Incertas: Moldar o nosso Futuro num Mundo em Transformação”).

Para Heriberto Tapia [Assessor de Investigação e Parcerias Estratégicas no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova Iorque, Estados Unidos da América], isso é “sinal de que algo não vai bem. Normalmente 90% dos países melhoram a cada ano em que é realizada a avaliação, sendo que apenas 10% dos países pioram nos indicadores. Mais recentemente, a melhoria é que se tornou excepcional. (...) As desigualdades medidas em termos de rendimento não pioraram substancialmente, mas sim outras desigualdades: no acesso às tecnologias, à educação de qualidade, e aos sistemas de saúde. Ora, são estes elementos que definem relações de poder nas sociedades”.

Os esforços para reverter este quadro são esmagadores. E, no entanto, necessitamos de ter momentos de reflexão e de desafiar os nossos pressupostos, em vez de reagirmos precipitadamente. Na época do Antropoceno, os seres humanos tornaram-se a força motriz das grandes mudanças planetárias (em particu-

lar, as alterações climáticas), mas também as suas vítimas.

A transformação fundamental na forma como as sociedades vivem, trabalham e interagem com a natureza tornou-se uma parte central do debate. A escala e complexidade desta mudança é imensa e exige escolhas políticas exigentes, nomeadamente ao nível do modo como se deverá desenrolar a transição energética e tecnológica das sociedades do Norte e Sul Global.

II

A inovação e o conhecimento são muitas vezes vistos como um instrumento fundamental para inverter ou, pelo menos, desacelerar, a ocorrência de catástrofes ambientais e sociais.

Segundo Justin Yifu Lin [Reitor no “Institute of New Structural Economics” da Universidade de Pequim], o desenvolvimento e a disseminação de “tecnologias verdes”, a norte e sul do planeta, é uma das medidas adequadas à mitigação e prevenção dessas catástrofes, bem como à redução do fosso existente nos níveis de desenvolvimento e crescimento económicos verificados entre o Norte e o Sul Global.

Justin Yifu Lin considera, no entanto, que deverá ser o Norte Global a desenvolver e financiar essas tecnologias limpas, porque exigem

um investimento muito avultado de capital (do qual apenas o Norte Global dispõe), e porque tem essa responsabilidade ambiental acrescida. Para ele, “a sustentabilidade verde é um bem público global”.

Isso não quer dizer que os países do Sul Global não disponham de instrumentos para reduzir o fosso para com o Norte Global em matéria de desenvolvimento tecnológico e crescimento económico. A esse respeito, cita o exemplo dos países do leste e do sul da Ásia (como a Coreia do Sul, o Taiwan e o Japão) como sendo “casos de sucesso”.

Para Johan Schot [Fundador e Director Académico do “Transformative Innovation Policy Consortium”, Utrecht, Holanda], esse progresso teve origem no desenvolvimento de um sistema nacional de inovação, o qual interligou centros de investigação e desenvolvimento universitários, empresas e organizações da sociedade civil, e permitiu que a tecnologia fosse absorvida por essas sociedades e utilizada de forma produtiva.

Segundo Justin Yifu Lin, porém, esses países não replicaram o mesmo tipo de investimento que o Norte Global realizou na inovação e desenvolvimento de novas tecnologias. Com efeito, no Norte Global, a indústria tecnológica exige o recurso a um grande volume de capital, mas não é intensiva em trabalho (pelo contrário, é “labour-saving”). Ora, a indústria “labour-saving” não promove a geração de empregos, de que as economias do Sul Global necessitam (designadamente para os mais jovens). Por essa razão Justin Yifu Lin defende que a indústria tecnológica tem de ser coerente com a realidade dos países do Sul Global: sendo esses países abundantes em força de trabalho, é nessas vantagens competitivas que devem apostar. A geração de empregos provocada por este tipo de investimento irá acelerar a criação de mais empregos e mais rendimentos, as quais potenciarão o “desenvolvimento enquanto liberdade de escolha individual” (na aceção de Amartya Senn).

Apesar do relativo otimismo que os processos de desenvolvimento centrados na inovação provocam, eles têm uma quota-parte de responsabilidade na actual situação de crise climática (a mero título de exemplo, a utilização de soluções tecnológicas como Blockchain e a Inteligência Artificial deve ser ponderada face ao impacto ambiental potencialmente negativo, pois consomem uma quantidade muito elevada de energia). Por essa razão, Ana Luísa Silva [Investigadora em Inovação e Desenvolvimento Internacional no Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa/ Oficina Global] considera que nos devemos perguntar: que tipo de inovação é necessária para responder à actual incerteza, aos problemas graves, aos desafios coletivos presentes e futuros? Como podem os sistemas de conhecimento e inovação não só beneficiar a todos, mas também incluir todos?

Johan Schot considera que a inovação promove o crescimento económico, mas não leva em consideração os

desafios sociais e ambientais associados, os quais deveriam conduzir uma mudança transformadora (“transformative change”). Para ele, o modelo de investimento em conhecimento e tecnologia, conducente ao desenvolvimento económico, acompanhado de um sistema de regulação destinado a mitigar os problemas sociais e ambientais dele resultantes, embora tenha ajudado a retirar muitas pessoas da situação de pobreza, provocou igualmente enormes desigualdades, até porque o domínio do desenvolvimento de fabricação de tecnologias digitais foi apropriado por certas empresas e países do Norte Global.

Por essa razão, Johan Schot advoga por outro modelo, em que o desenvolvimento é analisado em conjunto (e não separadamente) com os problemas sociais e ambientais resultantes do crescimento económico. Ou seja, a inovação deve ser colocada ao serviço da resolução de problemas relacionados com a pobreza, a desigualdade social e as alterações climáticas. Por outro lado, o desenvolvimento sustentável não pode ser visto como

um compromisso entre o crescimento económico e as preocupações sociais e ambientais — é necessário colocar estas preocupações no centro do debate, em vez de colocar a tónica do crescimento económico. Para o efeito, é necessário reduzir e, eventualmente abandonar, o consumo de combustíveis fósseis e os sistemas de economia linear assentes na produção em massa e no consumo de massa.

É esse o contexto do “modelo de política de inovação transformadora” (“transformative innovation policy model”). O objetivo é o de promover a experimentação de políticas destinadas a inovar de forma diferente, em torno da seguinte questão: como é que a tecnologia consegue conduzir a um novo sistema social-tecnológico? As nossas economias (todas as economias do mundo) necessitam de um novo sistema energético, de um novo sistema de mobilidade, um novo sistema de saúde e de um novo sistema de produção alimentar. Estes sistemas são simultaneamente sociais e tecnológicos, mas não podem ser vistos de forma separada.

Afigura-se ainda necessário resolver um problema estrutural que impede o Sul Global de explorar as suas próprias vantagens competitivas. Trata-se dos direitos de propriedade industrial e intelectual que resultam do seu investimento em investigação e desenvolvimento, os quais, sendo exclusivos, impedem ou restringem a transferência de tecnologia para os países do Sul Global (foi esse o caso das vacinas contra o COVID 19). Segundo Justin Yifu Lin, porém, uma grande parte dos casos, “apenas se afigura necessário adequar a complexidade da tecnologia disponível ao nível de desenvolvimento dos países do Sul Global, beneficiando ainda do facto de a tecnologia utilizada em algumas indústrias transformadoras já não estar sujeita a direitos e propriedade industrial e intelectual”.

Finalmente, segundo David Nemer [Professor Assistente no Departamento de Estudos dos Media da Universidade de Virgínia, Estados Unidos da América], é necessário desenvolver soluções tecnológicas adequadas às necessidades específicas dos cidadãos

que vivem nas periferias do Sul Global. Compete desenvolver condições para que aqueles que aí vivem possam transformar em verdadeiro “conhecimento” a tecnologia desenvolvida pelo Norte Global, a qual é frequentemente desadequada às suas necessidades e contexto específicos. É necessário trazer os representantes dessas comunidades para a mesa onde são adotadas as decisões sobre investigação e desenvolvimento tecnológico.

III

A transformação tecnológica, orientada por princípios sociais-ambientais como a transição verde, a promoção do emprego, a liberalização do acesso às tecnologias, a consideração do contexto local e a inclusão dos cidadãos que vivem nas periferias do Sul Global nos processos de decisão sobre investigação e desenvolvimento tecnológicos, revela-se ainda mais difícil quando sabemos que, na última década, se assistiu a um rápido retrocesso democrático e ao aumento da polarização política em muitas sociedades, remetendo a cooperação e o diálogo entre o Norte e o Sul Global para segundo plano, à medida que os conflitos armados e os gastos militares atingem um novo pico.

Um dos sintomas principais dessa polarização encontra-se na deterioração do “espaço cívico” numa

grande parte dos países do mundo e, conseqüentemente, do exercício dos direitos que lhe estão normalmente associados, como sejam o direito de associação, o direito de livre reunião ou o direito de protesto.

O último relatório da CIVICUS sobre o estado da sociedade civil, publicado no mês de março de 2023, demonstra que a maior parte das pessoas continua a viver em países nos quais é muito difícil, ou quase impossível, exercer esses direitos e liberdades sem sofrer conseqüências: 27 países do mundo são classificados como “fechados” (nos quais é quase impossível as organizações da sociedade civil influenciarem os processos de decisão, sem que sofram conseqüências mais sérias). Mesmo em alguns países democráticos, como Reino Unido, assistiu-se a uma deterioração da qualidade do espaço cívico.

Apesar de todos estes desafios, “as sociedades civis continuam a organizar-se e a protestar, em todo o mundo, contra a limitação ou obstrução ao exercício dos seus direitos e liberda-

des” [Marianna Belalba Barreto, Líder do Cluster de Investigação do Espaço Cívico da CIVICUS]. Mas a prossecução desta luta tem de ser acompanhada por um esforço contínuo de *advocacy* e de financiamento das organizações da sociedade civil dos países onde o espaço cívico se encontra ameaçado.

Esse esforço é muitas vezes prejudicado pela narrativa dos Estados autoritários junto das suas comunidades locais, ao alegarem que “as organizações da sociedade civil prosseguem fins que põem em causa o interesse nacional”.

Para contrariar essa narrativa, as organizações da sociedade civil têm de estar melhor conectadas com comunidades locais dos países onde trabalham e demonstrar o seu próprio valor. Por exemplo, durante a pandemia (COVID 19), foram as organizações da sociedade civil (e não o Estado) que, em muitos países (democráticos ou autoritários), prestaram serviços de saúde essenciais às populações.

Em muitos países do Sul Global e, em particular, nos países do espaço lusófono (com Angola e Moçambique à cabeça), a deriva autoritária e o progressivo encerramento do espaço cívico que se tem verificado ao longo dos últimos 30 anos resultam do facto de os seus governantes se terem dissociado gradualmente, e de forma intencional, da sociedade civil (em particular, dos jovens) e do interesse na criação de condições para a promoção do seu desenvolvimento social e económico.

Segundo Adriano Nuvunga [Diretor do CDD - Centro Para Democracia e Desenvolvimento, Moçambique], esses governantes “optaram por prosseguir uma política de extrativismo, através da exploração dos recursos naturais” – como o petróleo, gás e diamantes –, “em associação e com o apoio de grandes empresas e corporações financeiras internacionais, as quais têm interesse na perpetuação do *status quo*, ou seja, da concentração do poder nos líderes dos partidos que saíram vencedores das guerras civis nos respetivos países”.

E, apesar de alguns Estados autoritários, como o Chile de Augusto Pinochet, terem logrado promover algum crescimento económico (o que parece contrariar a ideia de que os sistemas autoritários são a única – ou a principal – causa do subdesenvolvimento), conforme chama à atenção Vítor Borges [Coordenador do Programa de Formação em Gestão de Liderança e Desenvolvimento do Instituto Pedro Pires, Cabo Verde], é fundamental que o poder político compreenda que o crescimento económico e a promoção dos direitos cívicos dos seus cidadãos devem seguir “par a par”, e que as organizações da sociedade civil não são o “inimigo” do Estado. Na verdade, e conforme recorda Mariana Belalba Barreto, nos poucos países “abertos” (de acordo com a classificação do CIVICUS Monitor), em que os governos não olharam para as organizações da sociedade civil como um “inimigo”, foi possível promover o desenvolvimento social e económico das populações, a par da garantia dos seus direitos cívicos.

IV

Para que seja possível garantir a abertura do espaço cívico e a promoção do papel das organizações da sociedade civil, em particular no Sul Global, as Organizações Não-Governamentais internacionais devem também reinterpretar o seu papel e preparar-se para os novos desafios, principalmente ligados à sua credibilidade e eficácia. Para o efeito, deverão começar por olhar criticamente para as políticas de desenvolvimento, para os sistemas de financiamento e para a necessidade de garantir relações de poder mais equilibradas entre atores locais e atores internacionais, através do estabelecimento de parcerias que visem partilhar responsabilidades e recursos, reforçando o espaço e capacidades das sociedades civis e instituições locais [Fátima Proença, Diretora da ACEP – Associação para a Cooperação Entre os Povos, Portugal].

Tal implica que as Organizações Não-Governamentais internacionais deixem de capturar as decisões estratégicas e financeiras mais importantes, limitando-se a deixar para as organizações nacionais algumas responsabilidades de execução. Com efeito, com esta política, não estão as organizações internacionais, bilaterais ou multilaterais, a contribuir para perpetuar as relações de poder atuais? Este é um dos problemas que se pretende discutir na ótica da “localização da ajuda”.

A “localização da ajuda” tornou-se fundamentalmente um tema de discussão no contexto do “World Humanitarian Summit” (conferência, sob a égide das Nações Unidas, realizada no ano de 2016, em Istambul). Durante a conferência, discutiram-se as disfunções do sistema humanitário e reconheceu-se que uma muito pequena parte dos recursos se destina a financiar a ação das organizações humanitárias locais (as “local first responders”, ou seja, as equipas de socorro locais). Por essa razão, as entidades representadas na referida conferência acordaram em canalizar 25% dos fundos da ajuda

internacional para Organizações Não Governamentais locais ao longo dos cinco anos seguintes.

Mas o financiamento é apenas uma parte do problema, e a ênfase dada à “eficácia” na discussão da localização da ajuda acaba por dissimular o problema real: o sistema humanitário é completamente disfuncional, pois, além do desequilíbrio das relações de poder entre as organizações do Norte e do Sul Global, não está assente na sociedade civil local.

Para Dylan Mathews [Diretor executivo da “Peace Direct”, Londres, Reino Unido], este desequilíbrio resulta de um conjunto alargado de problemas, como sejam o racismo estrutural e o fenómeno do “white saviorism” (“complexo de salvador branco”), em suma, a ideia de ser o Norte Global quem tem todas as respostas para os problemas, resumida na expressão “nós somos os peritos, nós é que sabemos”. Na verdade, em geral, as organizações do Sul Global pretendem adquirir novos conhecimentos, mas não querem que o pressuposto de base seja sempre o

de que não detêm esse conhecimento. As parcerias entre as organizações do Norte e Sul Global têm de assentar em neutralidade, confiança e respeito.

O primeiro passo a dar é, portanto, reconhecer que aqueles que estão no “sistema” (Organizações Não-Governamentais internacionais) são os seus principais beneficiários, impedindo as organizações locais de liderar a mudança.

Na perspetiva das organizações do Sul Global, que o Norte Global vê como o objeto principal da “localização”, essas organizações não querem ser “tão internacionais” como as organizações do Norte Global se consideram [Themrise Khan, Investigadora Independente e Analista de Políticas, Paquistão]. Se as organizações do Norte Global se querem referir às do Sul Global como “organizações de outros países”, então é preferível referem-se a elas como “organizações nacionais” (de resto, essas organizações também podem ter presença noutros países e, nessa medida, ser “internacionais”, como é por exemplo o caso do BRAC

Bank Limited do Bangladesh, que tem presença noutros países, embora seja originária do Sul Global). É preciso que as Organizações Não-Governamentais no Norte Global se interroguem sobre os limites e pertinência da sua intervenção, bem como do seu propósito (que não deve ser o da “auto preservação”, através da acumulação sucessiva de projetos e receitas).

Segundo Deborah Doane [Diretora da “Funders’ Initiative for Civil Society”, Londres, Reino Unido], para que possamos avaliar a efetiva necessidade de intervenção das Organizações Não-Governamentais internacionais (em vez das organizações locais), devemos fazer uso do “princípio da subsidiariedade”, em função do qual as organizações internacionais devem ter apenas uma função subsidiária, agindo somente em questões que não podem ser decididas pelas organizações locais”. É este princípio que nos permite avaliar o que é que deve ser resolvido, em primeiro lugar, ao nível local, depois, através das organizações de nível nacional e regional, e finalmente por via das organizações internacionais.

Mais recentemente, os governos do Norte Global começaram lentamente a reconhecer que há desequilíbrios profundos e que as relações de poder são desequilibradas. Os doadores estão a pensar de forma bastante criativa sobre o assunto e as Organizações Não-Governamentais não podem achar que o modelo de financiamento habitual vai continuar como até agora. As agências das Nações Unidas estão por exemplo a analisar como podem financiar organizações locais na região do Sahel, sem canalizar esse financiamento através das Organizações Não-Governamentais internacionais.

Em jeito de conclusão, pode dizer-se que o debate sobre o Desenvolvimento (e, indiretamente, sobre a “localização da ajuda”) passou por três fases: durante anos, as Organizações Não-Governamentais internacionais promoveram ações de desenvolvimento “para outras comunidades”; posteriormente, compreenderam que o deveriam fazer “com as comunidades locais”; atualmente, concluíram que devem facilitar a promoção dessas ações de desenvolvimento “pelas

próprias comunidades locais”. Nesta abordagem, as Organizações Não-Governamentais internacionais deverão assumir o papel de “amigos críticos” das organizações do Sul Global, sensibilizar os cidadãos do Norte Global para os problemas que se pretende combater, fazer *networking* (colocando organizações em contacto) e assegurar o acesso ao conhecimento pelas organizações do Sul Global – ou seja, em geral, as Organizações Não-Governamentais internacionais apenas deverão assumir o papel de agências implementadoras quando as organizações locais não estejam efetivamente em condições de o fazer.

V

Apesar de vivermos numa época em que o modelo de economia linear assente na produção, no consumo e no desperdício, a par da gravíssima crise ambiental, da polarização política, das restrições espaço cívico e da perpetuação das relações de poder entre o Norte e Sul Global parecerem apontar para um caminho da humanidade “em direção ao precipício”, a verdade é que “a comunidade internacional conhece os caminhos para sair da *permacrisis*, e tem capacidade de o fazer, embora não possa, nem deva subestimar os desafios” (Herberto Tapia).

Por exemplo, durante a pandemia “nunca a partilha de dados entre cientistas foi tão rápida. Foram criados grupos de entajuda em todo o mundo, organizados através das redes sociais, e foram desenvol-

vidas aplicações de telemóvel para rastrear a doença”, conforme recorda Kathy Peach [Diretora do “Centre for Collective Crisis Intelligence” da NESTA, Londres, Reino Unido]. Na verdade, os sistemas de Inteligência Artificial não foram assim tão úteis durante esse período, pois os mesmos são desenvolvidos com base em dados históricos coligidos em situações de normalidade, e não de crise. Por essa razão, “as tecnologias apenas devem ser usadas para complementar as capacidades que o ser humano já tem para responder a desafios em tempos de crise; para o ajudar a fazer análises de forma mais granular; e para o apoiar na adoção de decisões coletivas”.

Para maximizar o potencial da Inteligência Artificial, há no entanto três medidas que é necessário adotar: é necessário mudar as prioridades de investimento em tecnologia e Inteligência Artificial, que atualmente se centram em objetivos militares, de natureza comercial e em sistemas de vigilância; é preciso apostar na localização da Inteligência Artificial, de

modo a podermos recolher dados das comunidades ao nível local e percebermos melhor o impacto das crises – p.ex. climáticas – nos contextos locais, levando em consideração as suas prioridades e envolvendo as comunidades na produção de dados; e é necessário investir mais em “bens públicos digitais” (*open data, open hardware, open software e open contents*), tornando-os acessíveis a todas as pessoas.

Apesar de a Inteligência Artificial ter aumentado exponencialmente a velocidade com que hoje recolhemos e tratamos dados, a verdade é que continua a competir aos líderes políticos adotar decisões, com base nesses dados e nas recomendações que deles resultam. Ora, “o ambiente onde trabalham os líderes políticos é muito exigente: os problemas são cada vez mais difíceis de resolver e estão todos interconectados, o que coloca uma pressão adicional sobre os decisores, pois não podem ser resolvidos de forma separada” [Ricardo Borges de Castro, Diretor Associado e chefe do programa “Europa no

Mundo” do “European Policy Centre”, Bruxelas, Bélgica].

Por outro lado, as democracias tendem a ser muito lentas nos processos de adoção de decisões porque requerem auscultação e participação de várias partes. Assim, “se o sistema democrático não permite uma adoção de decisões mais rápida, terá então de ser mais inteligente”. É nessa matéria que os serviços de “foresight” (prospetiva) podem ajudar.

Muitas agências bilaterais e multilaterais têm trabalhado em “foresight”. No entanto, ainda segundo Ricardo Borges de Castro, “além de perspetivarmos os problemas do futuro, temos de discutir a forma como transformamos o trabalho de prospetiva em recomendações para a adoção de políticas e decisões concretas”.

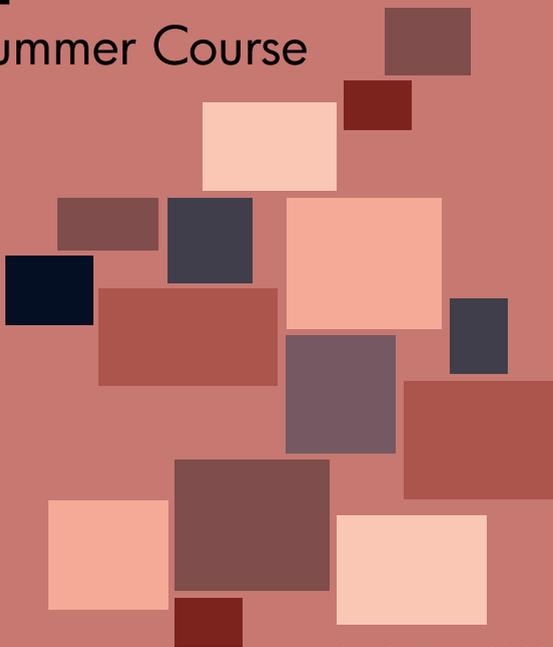
Por outro lado, e como recorda Kathy Peach, “temos muitas dificuldades em promover a construção coletiva de uma visão mobilizadora da sociedade, desde logo porque as pessoas comuns não participam em exercícios de

prospetiva (normalmente limitados aos governos, às grandes empresas consultoras, à academia e às grandes empresas tecnológicas)”.

Um dos caminhos para promover o desenho de caminhos destinados a resolver os problemas da *permacrisis* passa justamente por “democratizar o pensamento sobre o futuro”, utilizando mecanismos participativos. É necessário cada vez mais gente a pensar em conjunto e a promover uma transformação mais inclusiva que beneficie cada vez mais pessoas do Norte e do Sul Global.

International Development

Summer Course



27-30 june 2023

4th edition



FUNDAÇÃO
CALOUSTE GULBENKIAN

ONGD
PLATAFORMA PORTUGUESA

oficinas
global cea

